

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

## CRISE DE HEGEMONIA E EMANCIPAÇÃO DOS SUBALTERNOS NO PENSAMENTO DE GRAMSCI

### CRISIS OF HEGEMONY AND EMANCIPATION OF SUBALTERNS IN GRAMSCI'S THOUGHT

Marina Maciel Abreu, Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Doutora em Serviço Social;  
mm.abreu@ufma.br.

Coordenadora

Ana Lole, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio); Doutora em Serviço Social;  
analole@gmail.com.

Diana Fuentes, Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Xochimilco; Mestre;  
dianafuentes.fil@gmail.com

Fabio Frosini, Università di Urbino "Carlo Bo" Dipartimento di Studi umanistici;  
fabio.frosini@uniurb.it

#### RESUMO

Aborda a teoria da hegemonia em Gramsci à luz da filosofia da práxis, como processo político-prático e filosófico, sustentada na noção da natureza fundamentalmente prática da realidade. Parte do ponto de vista que a história para Gramsci é um sistema de forças cuja unidade histórica é um resultado, o produto de uma estratégia bem-sucedida de construção de uma hegemonia. Assim, a emancipação dos subalternos significa a sua constituição como classe para si, no movimento da construção de uma nova hegemonia, como estratégia revolucionária. Com bases nesses pressupostos, destacam-se os seguintes eixos para discussão e problematização: a concepção gramsciana de hegemonia com ênfase nas funções de direção intelectual e moral e domínio político nas mediações da relação orgânica entre sociedade civil e Estado particularizando as determinações e as contradições do exercício dessas funções pelas classes sociais em luta; a luta dos subalternos na constituição de uma nova hegemonia em que se situam instrumentos para criar uma nova forma ético-política; e o conceito de crise de hegemonia equivalente à desintegração (e não ao esvaziamento) de um sistema hegemônico, que permite o surgimento de momentos hegemônicos subordinados, enquanto que a própria crise é também determinada pela formulação de discursos hegemônicos que buscam escapar de sua condição de subordinação.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Filosofia da Práxis. Emancipação dos Subalternos.

#### ABSTRACT

It approaches the theory of hegemony in Gramsci in the light of the philosophy of praxis, as a politicalpractical and philosophical process, supported by the notion of the fundamentally practical nature of reality. It starts from the point of view that history for Gramsci is a system of forces in unstable equilibrium, whose unity is a result, the product of a successful strategy for building a hegemony. The emancipation of subalterns means their constitution as a class for themselves, in the movement to build a new hegemony, as a revolutionary strategy. Based on these assumptions, the following axes for discussion and problematization stand out: the Gramscian conception of hegemony with emphasis on the functions of intellectual and moral direction and political domain in the mediations of the organic relationship between civil society and the State, particularizing the determinations and contradictions of the exercise of these functions by the struggling social classes; the struggle of subalterns in the constitution of a new hegemony in which instruments are placed to create a new ethical-political form; and the concept of hegemonic crisis equivalent to the disintegration (and not the emptying) of a hegemonic system, which allows the emergence of subordinate hegemonic moments, while the crisis itself is also determined by the formulation of hegemonic discourses that seek to escape its condition of subordination. **Keywords:** Hegemony. Philosophy of Praxis. Emancipation of Subalterns.

#### PROMTORES



#### APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTRICO E FODORICO



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

## ELEMENTOS DA CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA E A PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DOS SUBALTERNOS EM GRAMSCI

## ELEMENTS OF THE CONCEPTION OF HEGEMONY AND THE PERSPECTIVE OF SUBALTERN'S EMANCIPATION IN GRAMSCI

Marina Maciel Abreu

### RESUMO

Discussão sobre a concepção gramsciana de hegemonia e a perspectiva de emancipação dos subalternos, organizada em dois recortes: o primeiro aborda as funções de hegemonia - direção intelectual e moral e domínio político – na relação entre sociedade civil e Estado; o segundo enfatiza a perspectiva da constituição da hegemonia pelas classes subalternas como estratégia revolucionária, com destaque para o lugar da cultura nesse processo. Finaliza-se com a reafirmação da tese da unificação da teoria e prática e dos grupos subalternos na constituição histórica desses grupos como classe hegemônica.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Cultura. Classes subalternas.

### ABSTRACT

Discussion on the Gramscian conception of hegemony and the perspective of emancipation of subordinates, organized in two sections: the first addresses the functions of hegemony - intellectual and moral direction and political domain - in the relationship between civil society and the State; the second emphasizes the perspective of the constitution of hegemony by the subaltern classes as a revolutionary strategy, highlighting the place of culture and force relations in this process. It ends with the reaffirmation of the thesis of the unification of theory and practice and of subaltern groups in the historical constitution of these groups as a hegemonic class.

**Keywords:** Hegemony. Culture. Subaltern Classes.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por base leituras dos Cadernos do Cárcere<sup>1</sup> (1929/1935) apoiadas em contribuições de intérpretes do pensamento de Gramsci sobre a temática. Retoma, reorganiza e amplia estudos anteriores realizados a partir de interesses bem particulares concernentes à busca dos fundamentos da função pedagógica que o Serviço Social exerce como profissão nas relações sociais, vinculada contraditoriamente às classes sociais na luta pela hegemonia, tendo como

#### PROMTORES



FUNDAÇÃO  
Sousândrade  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTRICO E FODORICO

#### APOIO

Fundação  
Sousândrade  
Em busca das alternativas de cidadania



CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

FAPENIÁ  
Fundaçao de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
GOVERNO DE TODOS NÓS



orientação a perspectiva histórica da emancipação dos subalternos – direção social do projeto ético-político profissional do Serviço Social<sup>2</sup>, hegemonic desde o final dos anos 1970 no Brasil.

Com este balizamento os estudos sobre o conceito de hegemonia partindo da tese gramsciana de que “[...] toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica” (GRAMSCI, 1999, p. 339 [CC10,§44]) enfatizaram a concepção de cultura - eixo central na constituição/manutenção de hegemonia na luta de classes. Desse modo, hegemonia e cultura, categorias amplas, complexas e centrais dos estudos gramscianos, constituem o desafiante, mas instigante e fecundo núcleo temático desse particular estudo sobre a pedagogia em Serviço Social.

Os apontamentos sobre a concepção gramsciana de hegemonia, ora apresentados, têm por base as determinações, contradições e particularidades do exercício das funções de hegemonia pelas classes sociais em luta e visam a contribuir no debate sobre a temática no contexto atual de crise da hegemonia que se revela na crise orgânica (estrutural) do sistema capitalista, desde os anos 1970, em todo o mundo, com profundas implicações na luta dos grupos subalternos na construção da sua emancipação e de toda humanidade. Nesse processo, a formação de uma nova cultura tem lugar estratégico no movimento histórico-político da constituição dos grupos subalternos como classe para si, isto é, como força hegemonic.

## 2 FUNÇÕES DE HEGEMONIA NA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO: direção intelectual e moral e domínio político

O conceito gramsciano de hegemonia é marcado pela forte influência da concepção leninista consubstanciada no movimento revolucionário bolchevique, vitorioso em 1917. Gramsci ao atribuir a Lenin a paternidade desse conceito ressalta a contribuição máxima do pensador e revolucionário bolchevique

**PROMTORES**



**APOIO**



[...] à filosofia marxista, ao materialismo histórico, contribuição original, criadora. Desse ponto de vista, Illich teria feito o marxismo progredir não só na economia, mas também na filosofia (isto é, por ter avançado a doutrina política, teria feito também o progresso da filosofia)" (GRAMSCI, QC4, §38, p. 465).<sup>3</sup>

A hegemonia como processo concreto constituiu, inicialmente, um dos lemas políticos centrais no movimento social-democrata russo do fim dos anos 1890 a 1917, isto é, traduziu a função de direção no interior do proletariado como protagonista de uma perspectiva revolucionária na luta pela libertação de todas as classes e de todos os grupos oprimidos. Ampliou-se, posteriormente, para explicar a dominação burguesa, passando a contemplar as funções de direção e domínio (supremacia). (ANDERSON, 1986).

O período de Gramsci em Moscou (1922-1923) foi fundamental para "[...] sua evolução teórica posterior e desenvolvimento de uma nova concepção de hegemonia nos Cadernos" (THOMAS, 2019, p. 183), considerando a importância da hegemonia no movimento bolchevique pós 1917, que "[...] de uma estratégia política relativamente limitada para mobilizar o campesinato sob a direção do proletariado em um processo de modernização política durante o período pré-revolucionário" (idem), depois de 1917 o conceito e prática da hegemonia foram disseminados, como intervenção real na política de massas, expressando-se como o núcleo vivo do bolchevismo. A estada de Gramsci em Moscou, a sua imersão na sociedade soviética onde estabeleceu estreito contato com os dirigentes revolucionários, destacadamente Lenin, assim como a convivência nas grandes concentrações dos trabalhadores na recuperação pós-guerra e construção do socialismo, "[...] ofereceu a Gramsci a oportunidade de intervir na prática de hegemonia na liderança do Partido Comunista da Itália (PCd'I) e, em seguida ampliar essa perspectiva em sentido historiográfico, filosófico e político durante os escritos da prisão." (THOMAS, 2019, p. 185).

Gramsci (1999) reconstrói o conceito de hegemonia como um processo políticoprático e filosófico (GRAMSCI, 1999, p.104 [CC 11, §12]) a partir de referências revolucionárias distintas e particulares, notadamente a experiência da revolução bolchevique vitoriosa em 1917 que instaura uma alternativa societária ao capitalismo

PROMTORES



APOIO





- a socialista - e as experiências identificadas como formas de concreção de revolução passiva: a constituição do fascismo no âmbito de capitalismo monopolista no enfrentamento da crise econômica e moral do pós I Guerra Mundial; e o americanismo caracterizado como cultura e hegemonia do capital industrial norte-americano em sua fase monopólica. Desses processos retira lições para pensar os limites, dificuldades e singularidades da construção da hegemonia pelos subalternos no Ocidente e no Oriente. Nesses estudos demarca e particulariza as funções de hegemonia em relação às determinações históricas das classes sociais em luta: quando inclui direção intelectual e moral mais domínio político se refere ao exercício pleno da hegemonia, ou seja à supremacia da classe já detentora do poder econômico; e, em relação aos subalternos fala em hegemonia política, como direção intelectual e moral no interior da própria classe na relação com as classes aliadas, ainda na condição de explorada economicamente, portanto antes da conquista (tomada) do poder político e sua constituição com Estado.

O conceito de revolução passiva ou revolução-restauração ganha relevo nos estudos gramscianos sobre hegemonia, confrontado à particularidade histórica do conceito de revolução quando referido à revolução dos bolcheviques. Gramsci (2002a, p. 317 [CC15, §11]) acentua em relação ao conceito de revolução passiva que se deve aplicar o critério “[...] das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 2002a, p. 317 [CC15, §11]). Significa que o conceito de revolução passiva como analisa Gramsci “[...] parece exato não só para a Itália, mas também a outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou guerras nacionais, sem passar pela revolução política do tipo radical-jacobino” (GRAMSCI, 2002a, p. 209 [CC4, §57]), portanto entendido, como a fase original do fenômeno identificado como “transformismo”.

A discussão sobre hegemonia atravessa toda a obra carcerária entretanto o Caderno 22 (1934) sob a rubrica “Americanismo e fordismo” é um dos textos mais importantes sobre os conceitos de hegemonia e cultura em Gramsci. Como analisa Coutinho (1999, p. 17), o filósofo sardo reúne textos dispersos e dada a fragilidade de

PROMTORES



APOIO



sua saúde “todos os cadernos redigidos nesse último período são ‘cadernos especiais’ de dimensões reduzidas, onde Gramsci se limita a recopiar textos A, praticamente se nenhuma modificação ou acréscimo”. Nesse Caderno, o filósofo sardo analisa o americanismo num momento inicial de sua formação, como resultante da

[...] necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados<sup>4</sup> deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho industrialismo econômico para a economia programática. (GRAMSCI, 2001, p. 241 [CC22, § 1]).

As mudanças no padrão de produção e trabalho derivadas da introdução da linha de montagem fordista associada às técnicas organizacionais tayloristas ocorrem em um contexto cultural favorável a essas mudanças (condições preliminares), impõem a formação de um novo tipo de homem, o trabalhador fordiano - base de uma nova cultura, ou seja de uma nova sociabilidade/modo de vida, sintetizada na formulação de que “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 2001, p. 266 [CC22, §11]). Assim, as mudanças estruturais implicam alterações no conjunto das relações superestruturais que também incidem na estrutura na dinâmica dialética da história. Assim, a tese gramsciana de que “a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2001, p. 247 [CC22, §2]), revela a extrema racionalização da produção e do trabalho naquele contexto histórico. Dada a existência de condições preliminares,

[...] já rationalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil rationalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) conseguindo centrar toda a vida do país na produção. (GRAMSCI, 2001, p. 247 [CC22, §2]).

Nesse processo, Gramsci analisa a função econômica, política e educativa do Estado na unidade orgânica entre sociedade política e sociedade civil, na constituição

**PROMOTORES**



**APOIO**





da nova hegemonia e da nova cultura a ela inerente, ao considerar que a racionalização da produção e do trabalho que gerou a americanização (racionalização integral) exigiu

[...] um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido mais fundamental da livre iniciativa ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como ‘sociedade civil’, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio. (GRAMSCI, 2001, p. 258 [CC22, §6]).

Entretanto, a unidade entre Estado no sentido estrito (sociedade política) e sociedade civil na acepção gramsciana como unidade dialética, é muito complexa. Revelase nos escritos carcerários numa profunda interlocução crítica com o pensamento político de Maquiavel e consubstanciam o conceito de hegemonia. Não se pode esquecer que o desenvolvimento desse conceito é eivado da crítica gramsciana ao economicismo e ao liberalismo, na sustentação da noção do Estado integral na qual “entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que

Estado = sociedade política + sociedade civil isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000b, p. 244 [CC6, §88]); e na análise sobre relação entre “Estado e sociedade regulada” ou seja, sobre a confusão entre o conceito de Estado-classe e o

conceito de sociedade regulada, em que acentua “enquanto existir Estado-classe não pode existir a sociedade regulada” (idem). Assim, desmonta qualquer interpretação na noção de hegemonia como estratégia revolucionária reduzida ao consenso e aponta para destruição do Estado burguês, em condições históricas determinadas, que supõe o uso da força na necessária ruptura, pois como bem interpreta Secco (1996, p. 86), “[...] nenhuma classe social armada e dominante cede seu poder militar e seus privilégios só por convencimento.”

Em síntese, o conceito de Estado em Gramsci, referindo-se ao Estado burguês, comporta além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia

PROMTORES



APOIO





ou hegemonia civil e significa “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados [...].” (GRAMSCI, 2000b, p. 331 [CC15, §10])

Na reflexão sobre as funções de hegemonia na relação entre Estado e sociedade civil, Gramsci alude a duas mediações importantes: à função política educativa dos intelectuais, em conexão aos grupos fundamentais (classes sociais fundamentais)<sup>5</sup>, cuja “relação com o mundo da produção não é imediata, mas, ‘mediatizada’ em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual são precisamente ‘funcionários’”. (GRAMSCI, 2000a, p. 20 [CC12, §1]); e à função dos partidos políticos no mundo moderno, ou seja, como elaboradores e difusores das novas intelectualidades integrais e universais, isto é, “o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real” (GRAMSCI, 1999, p. 105 [CC 11, §12]). Nesse processo, coloca-se o problema da força das ideologias orgânicas à constituição da hegemonia no centro do trabalho dos intelectuais, como cimento e elemento de unificação de todo o bloco histórico.

Destaca que os intelectuais atuam no desempenho de funções subalternas da hegemonia social e do governo político (consenso e força) que consubstanciam a formação da cultura, ou seja, através da elaboração das ideologias e sua difusão no estabelecimento de padrões de sociabilidade constitutivos de um determinado conformismo (adequação da ordem intelectual e moral às necessidades da produção e do trabalho). A atuação dos intelectuais vincula-se, portanto às funções:

- 1) de consenso espontâneo dados pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos movimentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2000a, p. 21 [CC12, §1]).

PROMTORES



APOIO



SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
MARANHÃO



Nesses apontamentos, pode-se entender que Gramsci assinala dois planos superestruturais na fixação das gradações das funções intelectuais e das superestruturas

[...] de baixo para cima (da base estrutural para o alto): [...] o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismo designados vulgarmente como 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado' planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. (GRAMSCI, 2000a, p. 21 [CC12, §1]).

Aqui, Gramsci parece se referir à dimensão superestrutural da sociedade civil e não à sua redução a esse plano. Tal formulação se tomada isoladamente tende a interpretação de que a sociedade civil em Gramsci se restringe ao plano superestrutural e por isso contraditaria à concepção marxiana, que a situa no plano estrutural<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que gera outras polêmicas e vulgarizações do conceito, sobretudo, quando a noção sobre "organismos designados vulgarmente como privados" são reduzidos a uma diversidade de associações de cunho político-ideológico das classes sociais, demarcadas de forma descolada das determinações estruturais numa relação dicotômica com o Estado, além da falsa ideia de que o debate gramsciano sobre a hegemonia raramente incorpora as empresas capitalistas que formam o aparelho econômico, como acentua a crítica de Anderson (1986).

Tais questionamentos, minimamente apontados, dentre muitos outros, reverberam negativamente nos processos político-práticos e filosóficos, notadamente se se considerar que na relação entre *sociedade política* e *sociedade civil*, como unidade orgânica, Gramsci centra toda sua análise sobre os processos revolucionários (considerados na diversidade das sociedades de tipo "*oriental*" e "*occidental*", às quais vincula as estratégias da guerra de movimento e guerra de posição), apreendendo a sociedade civil como a base histórica do Estado de onde emana o seu conteúdo ético.

Para Gramsci,

[...] todo Estado é ético na medida em que uma das suas funções mais importantes é a de educar a grande massa da população para um certo nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de

**PROMOTORES**



**APOIO**





desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, aos interesses das classes dominantes. A escola, como função educativa positiva, e os tribunais, como função educativa repressiva e negativa, são as mais importantes atividades do Estado neste sentido; mas, na realidade, tendem para este fim uma multiplicidade de outras iniciativas e de outras atividades ditas privadas que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes". [...] "Mas, na realidade, só o grupo social que coloca o fim do Estado e o seu próprio fim como objetivo a atingir pode criar um Estado ético, tendendo a pôr termo às divisões internas em que implica a dominação etc. e a criar um organismo social unitário técnico-moral. (GRAMSCI, 2000b, p. 284 [CC8, §179]).

Na perspectiva da sociedade regulada, a conquista do Estado pelas classes subalternas representa um momento em que essas classes, tendo já superado os interesses econômico-corporativos, alcançam uma homogeneidade entre infraestrutura e superestrutura, isto é, "o bloco histórico se torna real, torna-se um bloco histórico no poder." (BCU-GLUCKSMANN, 1980, p. 126). Assim, sob esse ponto de vista, a problemática da noção do Estado integral incorpora a de correlação de forças, e a sociedade civil encontrase atravessada, do econômico ao ideológico, pela luta de classes.

### 3 A CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA PELAS CLASSES SUBALTERNAS COMO ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA: o lugar da cultura

A luta das classes subalternas pela hegemonia tem centralidade nos estudos gramscianos, dada a preocupação com a elevação cultural das massas no processo de sua constituição como classe de forma autônoma contraposta à ordem do capital, na perspectiva da sua emancipação e de todas as classes, em que a constituição da hegemonia por essas classes é estratégica. Nesse processo a formação da vontade coletiva nacional-popular, ou seja, da "consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo" (GRAMSCI, 2000a, p. 17 [CC13, §1]), enquanto possibilidade inscrita na totalidade social" (DIAS, 1996a, p. 14), à luz da filosofia da práxis, é a expressão da reforma intelectual e moral no movimento de transformações estruturais e superestruturais. É sempre bom lembrar que esta premissa gramsciana inspira-se na tese de Marx e Engels (1993) na qual

---

PROMTORES



---

APOIO



Fundação  
Sousândrade



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO E FORMANDO



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

[...] toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve primeiro conquistar o poder político para apresentar o seu interesse como interesse geral ao qual está obrigado num primeiro momento. (MARX; ENGELS, 1993, p. 49).

Para Gramsci a “consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”. (GRAMSCI, 1999, p.103 [CC 11, § 12]). A busca da unificação entre teoria e prática se vincula à história dos grupos sociais subalternos ou classes subalternas que, como acentua Gramsci, apresenta-se necessariamente desagregada e episódica, entretanto, contém a tendência de unificação como parte da sua constituição como classe de forma autônoma e independente no confronto com os grupos dominantes aos quais estão subordinados. O processo da unificação dos grupos subalternos é analisada no âmbito das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e sociedade civil, como um movimento enraizado na sociedade civil na perspectiva de transformação desses grupos em Estado. Movimento que passa necessariamente pela constituição política e formação cultural desses grupos como classe e a intervenção nas relações de força que atuam em determinado momento histórico para alterá-las na perspectiva da grande política ligada à fundação de um novo Estado.

Teoricamente, trata-se de um amplo e complexo processo em que um dos grupos subalternos “exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia através de um partido” (GRAMSCI, 2002a, p.140 [CC25, §5]). O exercício da hegemonia é, então, referida nesse caso, à direção intelectual e moral no interior da própria classe na relação com as classes aliadas, que significa o rompimento com a ideologia dominante e a elaboração de uma concepção de mundo própria, de maneira crítica e consciente, a partir da qual as classes subalternas podem distinguir-se autonomamente em relação às demais classes e, exercer a direção no amplo movimento de transformações estruturais e superestruturais na perspectiva de tornar-se Estado na superação da ordem burguesa.

**PROMTORES**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO E FORMANDO**

**APOIO**

**Fundação  
Sousândrade**  
Em nome das demandas da classe



**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**FAPENI**  
Fundaçao de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
Governo de todos nós

**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

Nesta direção, hegemonia revela-se como estratégia revolucionária na construção de uma nova sociabilidade, a socialista, e a sua conquista pelos grupos subalternos

[...] representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornouse crítica , mesmo que dentro de limites ainda restritos." ( GRAMSCI, 1999, p. 104 [CC 11, §12]) .

O movimento de reforma intelectual e moral como compreensão de si mesmo pelos subalternos, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, ocorre no campo da ética e da política e estabelece o nexo orgânico entre economia, política e ideologia. Assim, a lutas dos subalternos na constituição da hegemonia, como processo revolucionário, emancipador, atravessa a totalidade das relações estruturais e superestruturais, enraizada na sociedade civil na relação orgânica com o Estado, em que se pode distinguir dois grandes processos interrelacionados, privilegiados nesta discussão: a formação de uma nova cultura no movimento de constituição da classe como força hegemônica; e a alteração das relações de força.

Por um lado, e antes de tudo, a constituição da hegemonia pelos subalternos expressa-se na formação de uma nova cultura, sustentada em um novo conformismo, ou seja, conformismo proposto pela própria classe, e por isso, orgânico e dinâmico que não somente adapta o indivíduo ao ambiente, mas o educa para dominá-lo. Graças a esse conformismo, “o automatismo converte-se em liberdade, a liberdade converte-se em responsabilidade e personalidade” (MANACORDA, 1990, p. 283).

Para Gramsci,

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 95 [CC 11, §12])).

---

**PROMTORES**



---

**APOIO**



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

Assim, a organicidade do pensamento e a solidez cultural só podem ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificar “a mesma unidade que deve existir entre a teoria e prática” (GRAMSCI, 1999, p. 100 [CC11, §12]), isto é, se os intelectuais forem os intelectuais orgânicos daquelas massas e tiverem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas tenham colocado com a sua atividade prática, “constituindo assim um bloco cultural e social.” (idem), mesmo ainda nas condições de explorada economicamente. A “unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico [...]” (idem, 104). Assim, a vinculação orgânica entre intelectual e classe social constitui a marca da necessidade histórica de unidade entre teoria e prática, “como um aspecto da questão política dos intelectuais”. (idem, p.104).

Nessa perspectiva, a vontade coletiva sintetiza todo um amplo movimento de reforma intelectual e moral guiado pela filosofia da práxis que por seu caráter tendencial de filosofia de massa, apresenta-se como a nova concepção de mundo que pretende tornar-se senso comum na direção de uma nova sociabilidade. Significa que “só pode apresentar-se inicialmente como atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (o mundo cultural existente)” (idem, p. 101), isto é, como luta perpétua com as forças do retrocesso no amplo movimento das transformações estruturais e superestruturais. Nesse processo a filosofia da práxis expressa-se,

[...] como crítica do ‘senso comum’ (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que todos ‘são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo*<sup>7</sup> uma ciência na vida intelectual de todos, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também, do senso comum popular. (idem, p. 101).

Por outro lado, como luta no âmbito da grande política, a constituição da hegemonia pelos subalternos supõe a avaliação das relações de força que atuam na

**PROMOTORES**



**APOIO**





história de um determinado período, de forma a precisar a distinção entre os movimentos orgânicos ou estruturais e os movimentos conjunturais ou ocasionais na configuração das crises de hegemonia e evitar os erros analíticos fundados no economicismo ou no ideologismo. Assim, Gramsci retoma da análise marxiana os dois princípios fundamentais da ciência política que orientam uma série de outros princípios da metodologia histórica:

1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade não se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 2000b, p. 36 [CC13, §17]).

Na análise das relações de força, Gramsci (2000b, p. 40 [CC13, §17]) distingue três momentos ou graus, onde assinala a importância da própria constituição da classe como força, em que aparece o desenvolvimento da solidariedade intraclasse na formação da força política, como um elemento de unidade e identidade da classe.

O primeiro momento, refere-se à “[...] uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada com os sistemas das ciências exatas e físicas” (idem, 40), significa a posição de cada grupo social no desenvolvimento das forças materiais de produção e permite avaliar a realidade e a viabilidade das ideologias nascidas no terreno das contradições que se gerou durante esse desenvolvimento.

O segundo momento é o da relação das forças políticas, ou seja, reporta-se à “avaliação do grau de homogeneidade, autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (idem, 40) comporta vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva. “O primeiro e mais elementar é o econômicocorporativo” (idem, p. 41), significa um momento em que solidariedade ainda é restrita a unidade homogênea de um mesmo grupo profissional e coloca-se o dever de organizá-la. O segundo “é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (idem, p. 41), embora já se coloque a questão do

PROMTORES



APOIO



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

Estado ainda no terreno da obtenção da igualdade político-jurídica. O terceiro momento “é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (idem, p. 41), sugere que o desenvolvimento da solidariedade adquire a perspectiva de uma classe e a questão do Estado já se coloca como um organismo próprio dessa classe com vista à sua expansão. Trata-se da expansão como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, em que se estabelece um equilíbrio de forças, isto é, os interesses do grupo dominante ainda prevalecem, mas até um determinado ponto, em que se supera o estreito interesse econômico-corporativo. Esta é a fase mais estritamente política,

[...] que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas no plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (idem, p.41).

Criam-se então as condições para o surgimento de um novo Estado-Nação, cujas relações internas entrelaçam-se com as relações internacionais, em novas combinações originais historicamente concretas, em que pesem, a complexidade, no interior de cada Estado, “[...] de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus [...]” (Idem, p. 42).

O terceiro momento “é o das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta” (idem, p. 43), que também nele se podem distinguir dois graus: o militar em sentido estrito ou técnico-militar, e o político-militar, que se apresentam numa grande variedade de combinações e se relacionam à questão das crises históricas fundamentais e a mediação complexa das crises econômicas e conjunturais,

**PROMOTORES**



**APOIO**



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EDOCÓDIGO



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

em que ocorrem “[...] a transformação das relações de força, em relações políticas de força para culminar na relação militar decisiva” (idem, p. 44).

A análise das relações de força no sentido da grande política, frente a uma crise de hegemonia, tem como elemento decisivo “[...] a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo)” (idem, p. 46).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste texto permite reafirmar que as funções de hegemonia desenvolvidas pelas classes sociais em luta são constitutivas da conexão orgânica entre estrutura e superestrutura na totalidade do bloco histórico, em que, as ideologias orgânicas a uma classe hegemônica cimentam e unificam o conjunto da sociedade enquanto elemento central da ordem intelectual e moral. A crise de hegemonia como crise do Estado, na medida em que este expressa a institucionalidade de um bloco histórico no poder, reverbera em toda a sociedade civil, abala a ordem intelectual e moral no seu núcleo central: a ideologia.

Na luta pela hegemonia, Gramsci adverte em muitas passagens dos Cadernos do Cárcere, que na crise de hegemonia, em que a classe hegemônica “perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc,” mas ainda não dispõem das condições objetivas e subjetivas para instaurar uma nova sociabilidade - uma nova ordem intelectual e moral-, assim, “a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.” (GRAMSCI, 2000b, p. 184 [CC3, §34]).

Desse modo, pode-se entender que a constituição de uma nova hegemonia pelos subalternos na dinâmica das transformações estruturais e superestruturais nas

---

**PROMTORES**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EDOCÓDIGO**

---

**APOIO**

**Fundação  
Sousândrade**  
Em busca do desenvolvimento da cultura



**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**FAPENI**  
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
GOVERNO DE TODOS NÓS

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

mediações da relação orgânica entre sociedade civil e Estado, passa necessariamente pela mudança do panorama ideológico, que só pode ser concebida como atividade prática coletiva, realizada pelo homem coletivo. Pressupõe a conquista da unidade teoria e prática, ou seja, de uma nova unidade cultural-social. Na conquista da hegemonia por um ou mais grupos subalternos, no processo da emancipação dos subalternos, como classe unificada, em que se cria um novo tipo de Estado,

[...] nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. [...] Dá-se uma forma moderna e atual ao humanismo laico tradicional, que deve ser a base ética do novo tipo de Estado. (GRAMSCI, 1999, p. 225 [CC11, §70])

## REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Ana Lívia. Hegemonia e Serviço Social: significações ético-políticas do projeto profissional em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. **Tese de Doutorado**.
- ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry et al. **A estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Jorûês, 1986. p. 7-74. (Crítica marxista).
- BOBBIO. Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. (1926-1937), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2000a, 2000b, 2001, 2002a, 2002b. Volumes: 1, 2, 3, 4, 5 (Edição organização por Carlos Nelson Coutinho com a participação de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques).
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere. Edizione critica dell' Instituto Gramsci. A cura di Valentino Gerrattana, Einaudi: Torino, 1977

### PROMOTORES



### APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MIRIMONTE E MIRIMONTE

TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1993.

SECCO, Lincoln. Crise e estratégia em Gramsci. In: DIAS, Edmundo et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

THOMAS, Peter D. “A virada de Moscou: o diálogo entre Gramsci e os bolcheviques (1922-1923). In: BIANCHI, Álvaro; MUSSI, Daniela; ARECO, Sabrina (orgs). Antonio Gramsci: filologia e política. Porto Alegre/RS: Zouk, 2019.

## Notas

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (1929-1935), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 2000a, 2000b, 2001, 2002a, 2002b. Volumes: 1, 2, 3, 4, 5, 6. (Edição organização por Carlos Nelson Coutinho com a participação de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques). Nas referências aos Cadernos do Cárcere serão indicados os números dos Cadernos originais (CC) dessa edição e (QC) na edição crítica do Instituto Gramsci organizada por Valentino Gerratana, Einaudi Editora, 1977.

<sup>2</sup> Ressalta-se que Adriano (2020), em uma profunda e instigante análise desse projeto a partir dos estudos gramscianos, defende a tese de que se trata de “uma interpretação teórico-política da hegemonia”.

<sup>3</sup> Livre tradução.

<sup>4</sup> Sobre os problemas alusivos ao processo do americanismo tendo na base o fordismo, ver CC 22 (1932), são ilustrativos do movimento orgânico, dialético, entre estrutura e superestrutura dessa construção. <sup>5</sup> Para Gramsci, “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma cultura, de um novo direito, etc., etc.” (GRAMSCI, 2000a, p. 15,[CC12, §1]).

<sup>6</sup> Sobre o debate e polêmicas em relação a concepção gramsciana de sociedade civil ver, dentre outros: Bobbio (1987) e Anderson (1986). <sup>7</sup> Grifado pelo autor.

## PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MIRIMONTE E MIRIMONTE

## APOIO

Fundação  
Sousândrade  
em nome das demandas reais da vida



CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

FAPENI  
Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
MARANHÃO  
Governo de todos nós

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL



## A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM ANTONIO GRAMSCI THE CONCEPTION OF HEGEMONY IN ANTONIO GRAMSCI

Ana Lole

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar, à luz da teoria política de Antonio Gramsci, a concepção de hegemonia a fim de compreender os novos desafios das lutas de classes no Brasil contemporâneo. Busca-se apresentar a existência de ações contra-hegemônicas, as quais situam como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cuja função é denunciar e tentar reverter as condições de subalternidade impostas aos estratos sociais pela burguesia.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Lutas de classes. Antonio Gramsci.

### ABSTRACT

This article aims to analyze, in the light of Antonio Gramsci political theory, the conception of hegemony in order to understand the new challenges of class struggles in contemporary Brazil. It seeks to present the existence of counter-hegemonic actions, which they place as “instruments to create a new ethical-political form”, whose function is to denounce and try to reverse the conditions of subordination imposed on social strata by the bourgeoisie. **Keywords:** Hegemony. Class struggles. Antonio Gramsci.

## 1 INTRODUÇÃO

O texto busca resgatar a concepção de hegemonia em Antonio Gramsci (1891-1937) considerando a atualidade desse debate para a conjuntura atual, em especial a brasileira, onde as lutas por hegemonia estão cada vez mais acirradas no plano cultural.

Para Gramsci a luta pela hegemonia não é travada apenas no plano econômico e político, mas também no plano cultural. A cultura “não significa a simples aquisição de conhecimentos, mas sim tomar partido, posicionar-se frente à história, buscar a liberdade. A cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade” (SIMIONATTO, 2001, p. 8). Sendo assim, a cultura é um dos instrumentos da práxis política, sendo esta a via que pode propiciar às massas uma consciência criadora de história, de instituições, fundadora de novos Estados.

### PROMOTORES



### APOIO



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EDOCÓDIGO



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

Nesta direção, o debate sobre a concepção de hegemonia em Gramsci traz elementos importantes para compreendermos os novos desafios da luta de classes, bem como demonstrar que existem ações que buscam uma nova hegemonia, as quais situam como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política” (GRAMSCI, 2011a), cuja função é denunciar e tentar reverter as condições de subalternidade impostas aos estratos sociais pela burguesia.

## 2 NOTAS SOBRE HEGEMONIA

O conceito de hegemonia desenvolvido pelo filósofo italiano nos ajuda a compreender os jogos de consenso e dissenso presentes nas lutas de classes. Hegemonia é um conceito chave que explica a teoria da luta de classes construída por Gramsci, de modo que consenso e força são elementos constitutivos da hegemonia. Para o autor, a hegemonia é estabelecida através:

[...] do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; [...] do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011b, p. 21).

Hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe sobre outras. O que estabelece uma hegemonia é um complexo sistema de relações e de mediações, ou seja, uma completa “capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário” (GRUPPI, 1978, p. 5). A hegemonia não traduz somente a submissão de uma classe em relação à outra, contudo revela o potencial das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, de efetivamente estabelecer uma “reforma intelectual e moral”. A preocupação de Gramsci é, pois, “com a transformação dessa visão de mundo, com a elevação das condições de vida das classes

---

### PROMTORES



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EDOCÓDIGO**

---

### APOIO

**Fundação  
Sousândrade**  
Em nome das demandas da cidadania



**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**FAPENI**  
Fundaçao de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

**SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO**  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
GOVERNO DE TODOS NÓS

**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



subalternizadas e com a sua inclusão no cenário histórico, excluídas que sempre foram dos processos histórico-sociais" (SIMIONATTO, 1998, p. 48).

O conceito gramsciano de hegemonia não se refere apenas à política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção do mundo. Hegemonia é, portanto, uma ação que atua não apenas "sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer" (GRUPPI, 1978, p. 3). A ideologia<sup>1</sup> dominante, numa determinada forma de sociabilidade, é a ideologia da classe dominante. Ideologia compreendida enquanto "uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]" (GRAMSCI, 2011a, p. 98-99). Isto porque a classe dominante domina não só a produção material, mas também a produção intelectual, visto que é proprietária dos meios de produção material e intelectual.

Por isso, seria possível dizer que os intelectuais são os "escolhidos" do grupo dominante para o exercício das funções diretivas da hegemonia social e do governo político.

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 2011a, p. 104).

A construção da hegemonia é um ato pedagógico, que "não pode ser limitada às relações especificamente 'escolares'" (GRAMSCI, 2011a, p. 399). Nas palavras do pensador sardo, toda relação de hegemonia é fundamentalmente "uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais" (GRAMSCI, 2011a, p. 399). Desta forma, a classe subalterna precisa modificar a realidade social do Estado para conquistar a sua hegemonia, já que a mesma para ser construída possui necessariamente uma relação pedagógica.

---

**PROMOTORES**



---

**APOIO**



Neste sentido, Schlesener (2007, p. 37) afirma que “as classes dominadas precisam conquistar a hegemonia para transformar a estrutura social. Nos Estados democráticos modernos a estratégia deve ser a ‘guerra de posições’; trata-se de conquistar a direção política e o consenso na sociedade civil”.

Luciano Gruppi em seus estudos apresenta uma diferença entre Lenin e Gramsci no que tange o conceito de hegemonia. Para o autor, Lenin:

[...] entende por hegemonia sobretudo a função dirigente. O termo ‘hegemonia’ aparece em Lenin, pela primeira vez, num escrito de janeiro de 1905, no início da revolução [...] [o qual apreende] claramente o elemento da decisão, da consequência na ação revolucionária, como condição indispensável à hegemonia. (GRUPPI, 1978, p. 11).

Gramsci supera o conceito apresentado por Lenin, como bem afirma Gruppi (1978), ao falar que hegemonia refere-se tanto à capacidade dirigente quanto simultaneamente ao consenso e à força. A hegemonia, portanto, para Gramsci, trata de uma “direção intelectual e moral”. Já para Lenin, o partido é o momento da consciência de classe, o momento da direção.

[...] uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p. 67).

Guido Liguori (2003, p. 181) resume bem o pensamento gramsciano acerca da hegemonia ao explicar que “a plena explicitação da função hegemônica só ocorre quando a classe que chega ao poder se torna Estado: o Estado serve-lhe tanto para ser dirigente quanto para ser dominante”. A partir do momento em que as classes subalternas se tornam realmente hegemônicas, suscitando um novo tipo de Estado, surge a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, “um novo tipo de sociedade e, consequentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas” (GRAMSCI, 2011a, p. 225).

**PROMOTORES**



**APOIO**





Estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são para Gramsci esferas unidas e ao mesmo tempo autônomas da realidade.

[...] Gramsci, no momento que delineia alguns aspectos da sociedade civil, o faz sempre a partir de Marx e de suas lições (pré-requisitos de sua concepção dialética). Esforça-se em ir adiante, registrando na teoria, como já exposto, a nova forma de intervenção cultural e política na história. Um dos pontos centrais do marxismo de Gramsci é, de fato, este de não separar de modo hipostasiado alguns aspectos do real (economia, sociedade, Estado e cultura). (LIGUORI, 2006, p. 8).

Ao analisar as lutas pela hegemonia, Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. A primeira é representada pela sociedade política, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar (COUTINHO, 2007). Nas palavras do próprio Gramsci, a sociedade política corresponde à “função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 2011b, p. 21).

A segunda esfera é da sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação etc. (COUTINHO, 2007).

Observa-se que a relação instituída entre estrutura e superestrutura estabelece que a função hegemônica supere os limites superestruturais e penetre a estrutura. Assim, no modo de produção capitalista, as relações sociais acontecem numa conjuntura de dominação e de direção, isto é, hegemônica. Para Antônio Tavares de Jesus, da contradição entre as classes “uma delas emerge como dominante, procurando manter o domínio e a direção sobre o conjunto da sociedade através do consenso”, deste modo, “a classe dominante, para se manter como tal, necessita

PROMTORES



APOIO



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

permanentemente reproduzir as condições que possibilitam suas formas de dominação” (JESUS, 1989, p. 43).

Direção e consenso, na perspectiva gramsciana, traduz integralmente o conceito de hegemonia. Então, para uma classe exercer hegemonia sobre outra dependerá de como essa classe se organizará no Estado para demarcar seu domínio e consenso. Contudo:

[...] O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização e desenvolvimento das forças materiais de produção, da organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou ampliação da participação política e da organização da sociedade civil. (SCHLEENER, 2007, p. 29-30).

Podemos perceber que o conceito de hegemonia é a combinação da força e do consenso, “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011c, p. 95). Deste modo, observamos que não há separação entre sociedade civil e sociedade política de configuração orgânica, somente metodológica.

É importante enfatizar que o conceito de hegemonia manifesta a dimensão contratual da política, que, para Gramsci, acontece por meio do consenso ativo e democrático. A esse respeito, Coutinho explana que:

O conceito gramsciano de hegemonia implica, por um lado, um contrato que é feito no próprio nível da sociedade civil, gerando em consequência sujeitos coletivos (sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc.) que têm uma clara dimensão pública, ‘estatal’. Mas implica também, por outro lado, a necessidade de formas de contrato entre governantes e governados (entre Estado e sociedade), com base no fato de que, nas sociedades ‘occidentais’, a obrigação política se funda numa aceitação consensual, por governantes e governados, de um mínimo de regras procedimentais e de valores éticopolíticos. (COUTINHO, 2007, p. 250).

---

**PROMTORES**



---

**APOIO**





Nesse entendimento, a hegemonia é a relação que “existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos”, e também “entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército” (GRAMSCI, 2011a, p. 399). Para o pensador italiano, o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa:

[...] a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 2011a, p. 103104).

A prática da hegemonia é filosófica e política, concomitantemente, e descobre, no intelectual coletivo gramsciano, um dos espaços privilegiados para sua real concretização.

Na sociedade capitalista, utiliza-se de agentes e instituições pedagógicas tais como a escola e os intelectuais para tentar dissimular as contradições e solidificar a hegemonia da classe dominante. Vale ressaltar que: “tanto a hegemonia como a contra-hegemonia exigem um desempenho pedagógico mantenedor-reformador da relação total do poder, de acordo com a situação histórica” (JESUS, 1989, p. 60). Nesse sentido, as relações hegemônicas, no seu fazer histórico, sempre mostraram o aspecto pedagógico. Gramsci utilizou as análises sobre o papel dos intelectuais e do partido para demonstrar essa relação.

Sobre os intelectuais, o filósofo italiano sustenta que todo grupo social: “cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2011b, p. 15). O intelectual não “se constitui em classe propriamente dita, mas em grupos vinculados às diferentes classes. Daí porque ‘orgânico’ significa vinculação não somente à classe dominante, reacionária, mas também à classe dominada, ao proletariado” (JESUS, 1989, p. 61).

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MERRIMON E FODORI

APOIO



Fundaçao  
Sousândrade

Em busca do desenvolvimento das cidades



Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico



FAPEMA

Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

Governo do Maranhão





Ao intelectual orgânico ligado à classe dominante “cumpre a função de legitimar o domínio, manipulando os meios de comunicação e publicidade, as artes, a educação e a política”. Através da persuasão, “tentam acabar a contestação, procurando fazer aparecer como normal o que de fato é absurdo, fortalecendo desse modo sua hegemonia” (JESUS, 1989, p. 61). O intelectual orgânico ligado às forças populares se coloca em cena “pela necessidade histórica de superação de uma hegemonia por outra, quando representa não apenas um aliado, um companheiro, um teórico e artista, mas também uma força organicamente ligada ao proletariado em luta pela contra-hegemonia” (JESUS, 1989, p. 61).

### 3 CONCLUSÃO

O conceito de hegemonia, como vimos neste texto, é um privilégio na produção simbólica, interferindo nas disputas de sentido na cena contemporânea, pois o conceito de hegemonia é a combinação da força e do consenso, “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011c, p. 95).

Diante da atual conjuntura podemos nos remeter à Gramsci quando o mesmo coloca que a crise não acontece somente pelo viés da dinâmica econômica, fruto das relações contraditórias da acumulação capitalista; mas se dá através de um processo mais amplo, ou seja, através de uma “crise orgânica” ou de uma “crise de hegemonia”, como o filósofo registrou nos *Cadernos*.

### REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

---

PROMTORES



---

APOIO



GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo e jornalismo. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1989.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**, Marília, ano 21, n. 46, p. 4-10, 2006.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173188.

LOLE, Ana. Mídia e hegemonia no Brasil contemporâneo: contribuições gramscianas. In: LOLE, Ana (Org.). **O fermento de Gramsci na nossa filosofia, política e educação**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018. p. 101-116.

SCHLEENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3 ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro. **Trilhas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 5-16, jul. 2001.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 37-64.

#### Nota

<sup>1</sup> Ideologia compreendida enquanto “[...] uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (GRAMSCI, 2011a, p. 98-99).

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL



## CRISIS DE HEGEMONÍA: inestabilidad y potencia crítica

## HEGEMONY CRISIS: instability and critical potency

Diana Fuentes

### RESUMEN

En este texto se explora la relación entre crisis de hegemonía y subalternidad, como un momento en que la clase dominante ha perdido el consenso que le permitía ser dirigente, y ahora se ve reducida a ser detentadora de la pura fuerza coercitiva, es decir, ahora es una clase dominante. Esto implica que los grupos subalternos se han apartado de las ideologías con las que se identificaban y que permitían un determinado consenso social. Visto entonces como una crisis de hegemonía, este momento da la ocasión para situar la posibilidad que este otorga al desarrollo del pensamiento crítico, que en términos de Gramsci y bajo sus determinaciones específicas es concebido como filosofía de la praxis.

Palabras clave: crisis, hegemonía, subalternos, filosofía de la praxis, concepción de mundo

### ABSTRACT

This text explores the relationship between the crisis of hegemony and subalternity, as a moment in which the ruling class has lost the consensus that allowed it to be a leader, and is now reduced to being the holder of pure coercive force, that is, now it is a ruling class. This implies that subaltern groups have departed from the ideologies with which they identified and that allowed a certain social consensus. Seen as a crisis of hegemony, this moment gives the opportunity to situate the possibility that this grants to the development of critical thought, which in terms of Gramsci and under his specific determinations is conceived as a philosophy of praxis.

**Keywords:** Crisis. Hegemony. Subalterns. Philosophy of praxis. Conception of the world.

## 1 INTRODUÇÃO

En el marxismo el abordaje sobre la crisis y sus efectos en los procesos políticos ha sido un tópico central tanto en el análisis económico cuanto de la vida política. Para Marx, las crisis en tanto fenómenos económicos, no pueden ser interpretadas desde una concepción mon causal ni unidireccional, pues su origen estructural se funda en la desavenencia entre las condiciones de producción de la plusvalía y su realización, dado que entre ellas no hay una coincidencia automática que garantice su estabilidad. Esto es lo que explica que en última instancia las crisis sean consustanciales al modo de reproducción de la vida material del capitalismo. La

#### PROMTORES



#### APOIO



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



lectura gramsciana de la crisis, en tanto, no se concentra en el análisis de su dimensión exclusivamente económica, pues su abordaje es más bien de orden político. La crisis representa la transformación de las relaciones políticas que articulan campos de fuerza específicos, en un momento en que se ha fracturado el aparato hegemónico. Es en este sentido una crisis de hegemonía o crisis de autoridad, representa un momento particular de una crisis orgánica. Lo que supone que la clase dirigente ha perdido la hegemonía, dando origen a una situación que así como abre la posibilidad de la aparición de “fuerzas oscuras representadas por los hombres providenciales y carismáticos”, también abre espacios a través de los cuales, las clases subalternas, pueden insertar una nueva concepción de mundo.

## 2 CRISIS ORGÁNICA

Una de las más célebres frases de los *Cuadernos de la cárcel* está relacionada con la concepción gramsciana de la crisis: “[...] La crisis consiste precisamente en el hecho de que lo viejo no muere y lo nuevo no puede nacer: en este interregno se verifican los fenómenos morbosos más variados.” (GRAMSCI, Q 3, p. 34). En este conocido argumento expresa, de una parte, la lectura gramsciana de la sintética reflexión expuesta por Marx en el *Prólogo a la contribución a la crítica de la economía política* de 1859, sobre el desarrollo social y material que explica las grandes transformaciones históricas y sus quiebres:

[...] Una formación social jamás perece hasta tanto no se hayan desarrollado todas las fuerzas productivas para las cuales resulta ampliamente suficiente, y jamás ocupan su lugar relaciones de producción nuevas y superiores antes de que las condiciones de existencia de las mismas no hayan sido incubadas en el seno de la propia antigua sociedad [...] (MARX, 1857, p. 67).

Por ello, dice Marx es que la humanidad sólo se plantea tareas que puede resolver, en tanto que ellas sólo pueden presentarse como tales porque las condiciones materiales de su resolución ya existen o se encuentran en proceso de devenir tales. Esto supone una concepción del tiempo histórico que, opuesta a una

---

### PROMTORES



---

### APOIO





secuencia causal unidireccional, reconoce la gestación del potencial advenimiento de una nueva configuración de las relaciones de producción en el seno aún vivo de una formación social que se corresponde con la estructura técnica y la base material que le da sustento. Gramsci sintetiza este traslape – propio de los momentos de transición histórica de fenómenos de larga duración como el paso de un modo de producción a otro – que permite comprender tanto la continuidad como la fractura, y lo coloca en el análisis de procesos más circunscritos históricamente más específicos y de orden político.

Por otra parte, para Gramsci las crisis, particularmente las crisis modernas, son precisamente la discordancia entre lo viejo que persiste en el tiempo y aquello que transforma la vida social. En sentido estricto se trata de esta desavenencia en la que una parte de la vieja realidad social se resiste a desaparecer, pero ya no es suficiente para afrontar las nuevas necesidades sociales. Durante ese proceso, *en el interregno*, es decir, en ese espacio tienen lugar fenómenos anómalos a la vista de los momentos de estabilidad. Y su rasgo definitorio es que en ella opera una crisis de autoridad, lo que significa que la clase dominante ha perdido el consenso que le permitía ser dirigente, y ahora se ve reducida a ser detentadora de la pura fuerza coercitiva, es decir, es una clase dominante. Esto implica que los grupos subalternos se han apartado de las ideologías con las que se identificaban y que permitían un determinado consenso social.

Como es bien sabido, la concepción ampliada del Estado desarrollada por Gramsci no sólo implica la sumatoria entre sociedad política y sociedad civil, sino la relación entre dictadura y hegemonía. La categoría de hegemonía explica la relación recíproca entre la sociedad civil y la sociedad política; da cuenta del paso desde un estrecho interés particular - el económico-corporativo - al general, es decir, el tránsito de lo económico a lo político, de la voluntad particular a la general. Y destaca la importancia política de la formación de la dirección moral e intelectual de un grupo dirigente. El Estado como la unidad orgánica entre sociedad civil y sociedad política es un momento específico del desarrollo de las relaciones político-económicas, en la que las formas que adquieren las estructuras sociales que se caracterizan por un

PROMOTORES



APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



movimiento contradictorio en el que la revolución y la restauración son el reflejo de la lucha permanente por el dominio y el consenso. El dominio propio de la sociedad política y el consenso propio de la sociedad civil son los mecanismos que garantizan la hegemonía de una clase específica.

De esta forma la sociedad civil es el portador material de la figura social de la hegemonía, en tanto que funciona como esfera de mediación entre la base económica y la sociedad política. Gramsci (1999) señala que la sociedad civil está dividida en varios grupos y facciones, entre los que la armonía y la comunidad son más bien ideales a los que se aspira. Y demarca la naturaleza inherentemente antagónica de la sociedad civil a través de la lógica de su movimiento: “[...] la supremacía de un grupo social se manifiesta de dos maneras: como ‘dominación’ y como ‘dirección intelectual y moral’”. Un grupo social, entonces, es *dominante* sobre grupos que le son antagónicos, y, habrá de liquidarlos o subordinarlos - por la fuerza armada si es necesario -; pero se convierte en *dirigente* de aquéllos que se alían o asocian con él. Las complejas relaciones que definen la sociedad civil, en un nivel, marcan el conflicto y la lucha entre grupos, especialmente entre dominantes y subalternos; en otro nivel, destacan la cohesión, el consenso y el propósito común que existe entre grupos opositores. Desde este punto de vista, la sociedad civil no es un espacio de libre expresión y organización, tal y como lo había delineado el pensamiento liberal; la sociedad civil es la dimensión del Estado en la que los grupos sociales dirigentes deben ejercer un determinado grado de hegemonía, con la finalidad de que los grupos dominados-subalternos consientan su propia posición de subordinación a la autoridad de los grupos dirigentes. Es por ello que el monopolio de una clase o de un grupo dominante es la consecuencia de un determinado triunfo hegemónico.

Es por eso que en la crisis de autoridad o de hegemonía, se opera una ruptura entre las masas populares en la que no se ha concretado la nueva realidad y, por tanto, no se ha creado una nueva hegemonía, pero los grupos dominantes todavía están en condiciones de ejercer su fuerza.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EDOCÓDIGO

APOIO

Fundação  
Sousândrade

Em nome das demandas da sociedade



CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

FAPENIÁ

Fundaçao de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
MARANHÃO  
Governo de todos nós



### 3 SUBALTERNIDAD Y FILOSOFÍA DE LA PRAXIS

En el interregno abierto por la crisis, afirma Gramsci (1999), también es posible que se den condiciones particularmente favorables para una expansión inaudita del pensamiento crítico, del materialismo histórico, en sus términos. Que en su versión más radical implicaría la posibilidad de formar una conciencia crítica implica el reconocimiento de la propia participación dentro de una fuerza hegemónica, es decir, la conciencia de ser parte de un grupo específico de hombres y mujeres que comparten cierta visión crítica de la realidad con una práctica política específica; este reconocimiento es la primera fase para una autoconciencia, en la que teoría y práctica se unifican.

Es el momento que da ocasión al desarrollo de la filosofía de la praxis. En el devenir de los acontecimientos, para las clases subalternas este puede ser el momento de establecer conceptos que permitan comprender la realidad en su movimiento. O de comprender que el proceso histórico conforma una unidad dialéctica entre necesidad y libertad, en la que la acción política concreta implica una conciencia de las relaciones sociales que mantienen a la mayoría sumida en la pasividad. (PIÑÓN, 1987). En esta unidad –entre necesidad y libertad–, la filosofía de la praxis gramsciana implica una actividad creativa en dos sentidos: el primero de ellos, tiene que ver con que el hecho de que la filosofía de la praxis se asume como una concepción del mundo que modifica el modo de ser de la mayoría, es decir, que se asume por la mayoría como *buen sentido*<sup>1</sup> y se convierte en norma activa de conducta que abre el camino a la emancipación. En el segundo sentido, la filosofía de la praxis es creativa porque demuestra que no existe una realidad válida por sí misma, sino que la realidad está relacionada de forma necesaria con los hombres que la modifican. (GRAMSCI, 1999). Por lo tanto, es una filosofía que se fundamenta en la idea de que el hombre es voluntad concreta, es ese impulso vital que se realiza a través de los medios a los que lo enfrenta la realidad material; pero es, además, una filosofía que reivindica al ser humano como animal político, reconociendo que su actividad para

---

PROMOTORES



---

APOIO



**16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL**

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

**TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA**  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

transformar y dirigir a otros hombres realiza la transformación de su propia humanidad, actividad en la que se modifica su naturaleza humana.

Es por esto que la filosofía de la praxis se distingue de todo el pensamiento anterior, ya que a diferencia del resto del pensamiento teórico, es capaz de reconocer el sentido histórico de la acción humana; así como la unión entre estructura económico-social y superestructura ideológica –siendo ésta última el terreno de la libertad y de la acción política–. Esta conciencia de la filosofía de la praxis es producto de su actividad esencialmente crítica; filosofía que representa el salto del sentido común, dejando atrás el cúmulo de ideas caóticas y dispersas que éste representa para dar paso a un tipo de pensamiento que se expresa como superación del modo de pensar precedente y el pensamiento concreto existente:

[...] ante todo como crítica del ‘sentido común’ (después de haberse basado en el sentido común para demostrar que ‘todos’ son filósofos y que no se trata de introducir ex novo una ciencia en la vida individual de ‘todos’, sino de innovar y hacer ‘crítica’ una actividad ya existente) [...]. (GRAMSCI, 1999, p. 251).

Por lo que la filosofía de la praxis no representa un rompimiento radical con el pasado, al que se le reconoce su valor social<sup>2</sup>, pero, frente a la filosofía de la alta cultura, la filosofía de la praxis constituye la superación de la cultura precedente gracias a la unión entre teoría y práctica, unión entre el mundo cultural de las masas y el mundo intelectual de las élites, entre la filosofía superior y el sentido común.

No obstante, la verdadera expresión de la relación entre teoría y práctica se produce cuando las clases subalternas se vuelven dirigentes y responsables de la actividad económica de masas, misma que implica un nuevo modo de ser que requiere una particular forma de explicar el mundo (GRAMSCI, 1999); es el momento histórico en el que las clases subalternas han dejado de ser cosas para ser agentes creadores de su entorno. El último punto de desarrollo y de cambio de las clases subalternas sería aquél en el que se vuelven responsables de la actividad económica; estadio que representaría el último punto de desarrollo de la autoconciencia.

No obstante, Gramsci no es ingenuo y su experiencia militante le demuestra que la creación de una conciencia crítica entre el pueblo es un proceso complejo que

**PROMOTORES**



**APOIO**



no se pudo dejar a la historia o al advenimiento de una crisis que genere conciencia entre quienes mantienen una actitud pasiva. Es por ello, que para Gramsci la conformación de esta conciencia práctica implica, tanto en el ámbito de la historia como en el de la política, la creación de una élite de intelectuales que permitan la verdadera unión entre teoría y práctica. Este grupo de intelectuales será el que poseerá esa visión coherente y unificada del mundo, misma que le permitirá decidir, organizar e innovar (GRAMSCI, 1999) la práctica política concreta de un grupo social determinado. Por lo que parece ahora necesario resaltar que para Gramsci (1999) la formación de este grupo de intelectuales – en el que se genera la unión entre la teoría y la práctica –, representa un primer momento de la organización, momento que es particularmente complejo porque implica la formación de un conjunto de intelectuales que establezcan una relación dialéctica con las masas. Se trata de una relación en la que tanto los intelectuales, como la colectividad, se desenvuelven con base en los saltos o desarrollos teóricos, así como, en los cambios que las masas generan en el ámbito de la cultura. (GRAMSCI, 1999).

## BIBLIOGRAFIA

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la cárcel 4 (Cuaderno, 11). México: ERA, 1999.

MARX, Karl. **Introducción general a la crítica de la economía política**. Madrid: Siglo XXI, 1857.

PIÑÓN, Francisco. **Gramsci: Prolegómenos. Filosofía y Política**. México: Ediciones Contraste, 1987.

## Notas

<sup>1</sup> El buen sentido cobra significado si se le opone a lo que Gramsci ha comprendido como sentido común, mismo que se integra en buena medida por una actitud pasiva y por una carga ideológica que ha sido impresa desde el exterior. De tal forma que el buen sentido, estaría conformado por aquellos aspectos ideológicos que posibilitan la creación de una autoconciencia en los individuos.

<sup>2</sup> Ver el análisis sobre el sentido común en *La historicidad en la filosofía de los no filósofos* del presente trabajo.

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTRICO E DOUTORAL



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

## CRISIS DE HEGEMONÍA Y SUBALTERNIDAD EN LOS “CUADERNOS DE LA CÁRCEL”

### HEGEMONIC CRISIS” AND SUBALTERNITY IN THE “PRISON NOTEBOOKS

Fabio Frosini

#### RESUMEN

La historia aparece ya al joven Gramsci como un sistema de fuerzas en equilibrio inestable, que luchan para colocarse del lado de la historia, para identificarse con ella. Por esta razón, en su lectura del marxismo la unidad de la historia es un resultado, el producto de una estrategia exitosa de construcción de una hegemonía. En este artículo se recorre la teoría gramsciana de la hegemonía y se intenta mostrar su coherencia con la filosofía de la praxis, es decir, con la noción del carácter fundamentalmente práctico de la realidad. En concreto, se argumenta que, por un lado, una crisis de hegemonía equivale a la disgregación (y no al vaciado) de un sistema hegémónico, lo que permite aflorar momentos hegémónicos subordinados; por otro lado, se sostiene que la misma crisis está determinada por la formulación de discursos hegémónicos que intentan escapar a su condición de subordinación.

**Palabras-clave:** Revolución pasiva. Crisis orgánica. Filosofía de la praxis. Relaciones de fuerzas. Sistema hegémónico.

#### ABSTRACT

History appears already to the young Gramsci as a system of forces in unstable balance, which struggle to position themselves on the side of history, to identify with it. For this reason, in his reading of Marxism, the unity of history is a result, the product of a successful strategy of hegemony building. This article reviews the Gramscian theory of hegemony and tries to show its coherence with the philosophy of praxis, that is, with the notion of the fundamentally practical nature of reality. In particular, it is argued that, on the one hand, a crisis of hegemony must be understood as disintegrating (and not emptying) a hegemonic system, which allows subordinated hegemonic moments to emerge; on the other hand, the crisis itself is determined by the formulation of hegemonic discourses that try to escape their condition of subordination.

**Keywords:** Passive revolution. Organic crisis. Philosophy of praxis. Relations of forces. Hegemonic system.

## 1 CRISIS DE HEGEMONÍA Y REVOLUCIÓN PASIVA

En los *Cuadernos de la cárcel* de Antonio Gramsci (1981-2000) la crisis de hegemonía no se presenta como una explosión repentina, sino que hay que estudiar

#### PROMTORES



#### APOIO





su progreso – como en 1977 escribió Franco De Felice (1977-1979, p. 176) – “[...] a través de las formas de su gestión”. Bajo estas condiciones, la lucha ideológica se vuelve inmediatamente política, dado que “[...] la pérdida de la confianza en la posibilidad de construir el socialismo se vuelve parte integrante de la reconstrucción del aparato hegemónico de las clases dominantes sobre las masas que por la guerra y por el ejemplo ruso se habían movilizado” (DE FELICE, 1977-1979, p. 176).

El estudio de las estrategias de salida de la crisis lleva a Gramsci (1981-2000) a acuñar la categoría de *revolución pasiva*. Si se presta atención a la manera en que él va esbozando esta noción mediante intentos sucesivos, se puede constatar que ella, después de haber sido enunciada por primera vez solo en relación con el Risorgimento italiano, se generaliza después hasta incluir todo el siglo XIX e identificarse, de esta manera, con el liberalismo en general. Más tarde, Gramsci propone incluso extender la vigencia de esta categoría al siglo XX, es decir, a los regímenes posliberales que se han ido formando después de la Guerra y de 1917.<sup>1</sup>

El elemento común entre la vieja y la nueva revolución pasiva es precisamente el hecho que son revoluciones, o sea, que ante la amenaza jacobina y, luego, comunista, la burguesía se ha hecho cargo de impulsar una serie de cambios revolucionarios en el entramado del Estado y, por ende, de la producción, con el objetivo de *absorber*, y por este medio *pasivizar*, las reivindicaciones de las clases populares. De ahí se sigue que, en su formulación más acabada, la revolución pasiva designa la manera en que la burguesía quita la iniciativa a sus adversarios, porque consigue ponerse del lado de la *historia* como *revolución*, exactamente en el sentido que hemos visto antes, de ser una *encarnación* subjetiva (práctica, política) de la historia en cuanto cambio permanente. Dicho de otra manera: a partir de la Revolución Francesa, la revolución burguesa ha estado principalmente (aunque no exclusivamente) caracterizada por una duplicidad de fondo entre transformación de las condiciones históricas y necesidad de *controlar* el proceso que así se desencadena, lo que ha hecho que el impulso al cambio nunca haya estado del todo exento de la preocupación de controlar a las masas para que no tomen la iniciativa,

PROMTORES



APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROMOTORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MERRIMOTT E MENDONÇA



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

para que no consigan ponerse *del lado de la historia*, encarnar la historia, es decir, definitivamente, volverse hegemónicas.

Un aspecto importante de la revolución pasiva, que impide pensarla simplemente como un proceso de enfrentamiento entre fuerzas sociales que produce una serie de cambios moleculares en ambos lados de la disputa, es la relación orgánica que Gramsci establece entre ella y el *Prólogo* de Marx a la *Contribución a la crítica de la economía política*, es decir, el tema de la *transición*. La revolución pasiva aparece entonces como la manera en que la burguesía se coloca en el marco de la transición, por un lado impulsando los cambios y así perfilándose como clase revolucionaria, es decir, como una clase que tiene la iniciativa política en sus manos; y, por otro lado, ampliando de manera desmesurada los organismos de control (FROSINI, 2016a) de las masas subalternas, para que éstas no consigan desarrollar su propia posición política en este mismo marco. En síntesis, se puede decir que la transición es el revés de la revolución pasiva, como en una negativa fotográfica.

## 2 LA “FILOSOFÍA DE LA PRAXIS” Y EL ANÁLISIS DE LA “CRISIS”

En los *Cuadernos de la cárcel* se registra también otro elemento nuevo, de gran importancia: la elaboración del marxismo como una *filosofía de la praxis*, es decir la identificación de la *realidad* con algo esencialmente *práctico*. En la categoría de *praxis* Gramsci (1981-2000) incluye también el pensamiento (en el sentido de las *Tesis sobre Feuerbach*), y por consiguiente llega a pensar la posibilidad de una *praxis* que no solo no se reduzca al *espíritu* del idealismo, sino que sea la forma concreta, no especulativa, de ese mismo espíritu; es decir, su reducción crítica o traducción en términos político-ideológicos.<sup>2</sup>

Así se ve que la filosofía de la praxis posibilita pensar la manera en que las fuerzas sociales y políticas se *identifican* con la historia en cuanto *revolución* (es decir, de *pasivas* se tornan *activas*); y, por otro lado, permite pensar concretamente la identificación entre historia y revolución. La historia es revolución no porque sea un flujo indetenible, o, en sentido idealista, porque sea una especie de desarrollo de un

### PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MERRIMOTT E MENDONÇA

### APOIO

Fundação  
Sousândrade



CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

FAPENI  
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
GOVERNO DE TODOS NÓS

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie

principio inherente. La cuestión se desplaza, porque la identidad entre historia y revolución procede del hecho de que la realidad es *práctica*, es decir, un entrelazamiento abierto de relaciones prácticas, al fondo políticas, que siempre son inestables, justamente porque, en cuanto *relaciones*, suponen la presencia de *fuerzas* que todas son, al menos potencialmente, si no actualmente, *activas*. En otras palabras: la filosofía de la praxis implica, necesariamente, la traducción del proceso histórico en una sucesión de diferentes configuraciones de las *relaciones de fuerzas* en un determinado contexto nacional e internacional.<sup>3</sup>

Se trata entonces de identificar los que Gramsci (1981-2000) llama los *nudos históricos*, es decir los puntos de una determinada situación, de una específica configuración de las relaciones de fuerzas, en donde algunas relaciones reciben, respecto a las demás, una relevancia decisiva para poder influir sobre el conjunto social.<sup>4</sup>

En cuanto en ellos se condensa el aspecto dinámico de una *situación*, los *nudos* son los momentos que desencadenan las crisis y, al mismo tiempo, son momentos o formas de ejercicio de la hegemonía. De hecho, hegemonía y crisis nunca se pueden separar por completo: la hegemonía es siempre la gestión de una crisis latente o manifiesta, en curso o tan solo posible.

La imbricación estructural entre hegemonía y crisis se presenta, con gran claridad, en un texto intitulado *Momentos de vida intensamente colectiva y unitaria en la vida del pueblo italiano*, donde Gramsci (1981-2000, t. 4, cuaderno 9, § 103, p. 75) escribe: “Estos momentos, en las diversas fases históricas, pueden haber sido de distinta naturaleza, de distinto alcance e importancia nacional-popular. [...] Estos momentos pueden haber tenido carácter y naturaleza distinta: guerras, revoluciones, plebiscitos, elecciones generales de especial importancia y significado”. La hegemonía está en lograr encarnar (en el sentido dicho antes) la *historia*, es decir, la dinámica de las relaciones de fuerzas en cuanto movimiento, desarrollo. En otras palabras, se conquista la hegemonía si se consigue colocarse desde el punto de vista de la vida nacional en su conjunto, incluyendo y gestionando los conflictos que necesariamente brotan del desnivel de poder que la hegemonía intenta instituir o consolidar. Pero, al

PROMOTORES



APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EIXO DIREITO

TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



mismo tiempo, la hegemonía supone que de los grupos sociales a los que el proyecto hegemónico se dirige, la clase dominante espera una respuesta, una forma de activa colaboración. De ahí las distintas etapas del proceso hegemónico, que son las guerras, las revoluciones, los plebiscitos, las elecciones, etc., es decir, otros tantos momentos en que el conflicto de las clases se condensa y se resuelve, se controla y se absorbe; en que, en fin, la clase dominante está obligada a pedir a las clases subalternas una respuesta a la pregunta relativa a su activa colaboración al proyecto de desarrollo de la vida nacional propuesto por la clase dirigente.

En un determinado momento, a este movimiento de control y absorción Gramsci le da un nombre específico: el de *revolución pasiva*. Esta consiste en la capacidad de regular la dinámica social desencadenada por la lógica hegemónica, *volviéndose parte de esta misma dinámica*. De ahí el carácter contradictorio de la fórmula. En el siglo XIX la revolución pasiva es el largo ciclo de lo que Gramsci (1981-2000, t. 1, cuaderno 1, § 48, p. 123) llama “jacobinismo de contenido”, que permite a la burguesía hacerse con el poder del Estado, evitando el “trauma” de una revolución popular. En el siglo XX, la revolución pasiva es el corporativismo fascista en cuanto parte de un proyecto de “política totalitaria”, que permite a la burguesía mantener el poder neutralizando la elaboración hegemónica alternativa del movimiento obrero (GRAMSCI, 1981-2000, t. 3, cuaderno 8, § 236, p. 344).

En este sentido, la revolución pasiva cambia en el siglo XX su forma y su contenido respecto al siglo anterior. Si en ambos casos ella surge como *contragolpe* de una revolución popular – la francesa y, ahora, la rusa –, la situación no es la misma. En el primer caso se trataba de evitar los excesos jacobinos, pequeñoburgueses, democráticos, que brotaban desde el interior de la burguesía misma, y la respuesta fue una forma diferente – pasiva – de la misma hegemonía. Ahora, en cambio, se trata de enfrentar las consecuencias devastadoras de un desafío a la hegemonía misma de la burguesía. Este punto cambia las cosas de manera notable.<sup>5</sup> El factor desencadenante de las crisis son la guerra y la revolución de 1917, es decir, dos *nudos* del mismo tipo que hubo también en el pasado. La diferencia es que, por un lado, la guerra tiene unas proporciones, un alcance y una magnitud inédita; y que, por otro

PROMTORES



APOIO



SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO  
GOVERNO DO  
MARANHÃO  
GOVERNO DE TODOS NÓS



lado, la revolución proletaria tiene, por primera vez, éxito, logrando consolidarse en un nuevo poder estatal.

Guerra y revolución son la prueba de que un desafío hegemónico está sobre la mesa. Este desafío se basa en lo que Gramsci (1981-2000) llama *fenómeno sindical*, una expresión en que él resume toda una serie de procesos que, por fin, con la guerra, han *hecho bloque*, desencadenando una crisis de hegemonía que la existencia de la Unión Soviética – a pesar de la dificultad que significa superar el nivel económico corporativo de su estructura estatal – no permite *cerrar* por completo.<sup>6</sup> En consecuencia, el *nudo* de las relaciones de fuerzas habrá que analizarlo en relación con todos estos elementos: la crisis del Estado liberal y el nuevo nivel o tipo *totalitario* de la política; el desafío hegemónico representado por el *sindicalismo*; la revolución de 1917; la guerra mundial en cuanto producto del imperialismo.

La crisis del Estado liberal marca una tendencia general. Según Gramsci (1981-2000), el mismo desarrollo y expansión de la hegemonía burguesa a lo largo del siglo XIX *empuja* hacia la emergencia de otro tipo de política y, por ende, de Estado, dentro de la *envoltura* del Estado liberal. La entrada – aunque pasiva – de las masas populares en la esfera estatal *despierta* la posibilidad de que estas masas se organicen de manera autónoma, *sindical*. De ahí se sigue que, en el momento en que – en el siglo XX – este grado de organización alcanza una difusión *nacional*, los *nudos* se convierten en otros tantos *desgarros* en el tejido de la revolución pasiva liberal, porque dejan ver la presencia, de hecho, de otro tipo de ordenamiento jurídico dentro del ambiente representado por la estructura del Estado liberal; y este nuevo ordenamiento corresponde a una concreta alternativa hegemónica.<sup>7</sup>

La crisis del Estado liberal marca, como he dicho, una tendencia general. El punto de inflexión es, para Gramsci, 1870. Después de la Comuna y con el arranque del imperialismo, a la necesidad de conquistar el poder, se añade – y toma cada vez más importancia – la de mantenerlo frente a las amenazas del proletariado. La época del imperialismo, de 1870 a 1914, representa ya un momento cualitativamente diferente respecto a la *edad clásica* de la hegemonía burguesa. En este período, en efecto, se utiliza la expansión hacia el espacio exterior para poder reconstruir la base

PROMTORES



APOIO



SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
MARANHÃO





de la hegemonía en el espacio interior, y este hecho da comienzo a una dinámica en parte nueva, porque articula el nexo nacional/internacional como un instrumento de producción hegemónica al interior del Estado nacional.<sup>8</sup> O sea, se superpone el eje social de la hegemonía al eje nacional de la expansión colonial, creando la dicotomía entre *naciones capitalistas* y *naciones proletarias* que, a su vez, forma la base de masas tanto del anarco-sindicalismo como del *nacional-socialismo*, como, en fin, del nacionalismo *tout court*.<sup>9</sup> En la expansión colonial se entrelazan y confunden, de hecho, dos dinámicas muy distintas, incluso opuestas: por un lado, el acaparamiento de las materias primas en las periferias (con la producción de amplias capas de aristocracia obrera en el centro) y, por otro lado, la idea de una emigración masiva del “hombre-trabajo” (GRAMSCI, 1981-2000, t. 4, cuaderno 9, § 127, p. 98), que tiene como una de sus consecuencias posibles el apoyo proletario al colonialismo (de ahí surge el llamado “nacional-socialismo” italiano de principios del siglo XX).

Este proceso presenta, sin embargo, también otras implicaciones. Con el imperialismo, la dimensión internacional se torna inmediatamente decisiva para el poder hegemónico nacional, y el Estado nacional cambia su estructura, porque pierde gran parte de su autonomía a nivel internacional. En un texto muy importante del Cuaderno 9, Gramsci (1981-2000, t. 4, § 99, p. 70) escribe: “La personalidad nacional (como la personalidad individual) es una abstracción fuera del nexo internacional (y social). La personalidad nacional expresa una ‘distinción’ del complejo internacional, por lo tanto está vinculada a las relaciones internacionales”. Gracias al imperialismo, se hace evidente el hecho de que todo proceso nacional es la expresión específica, *local*, de un proceso *global*.

El imperialismo es, paradójicamente, una forma de integración mundial, que relativiza la dicotomía entre *naciones proletarias* y *naciones capitalistas*. El carácter de articulación política de las relaciones internacionales, que el imperialismo revela, pone en luz la existencia de una dinámica común hacia la reconstrucción de la hegemonía sobre una base nueva, en un contexto en que se van formando áreas de hegemonía a nivel global (en este sentido, el Risorgimento italiano es la expresión

PROMTORES



APOIO





pasiva de relaciones internacionales, pero esto no excluye el hecho de que pueda ser una hegemonía nivel nacional)<sup>10</sup>.

Sin embargo, en la gestión y reproducción de la propia hegemonía, la burguesía no puede evitar *brindar* continuamente a las clases dominadas la oportunidad de formar una alternativa. Esta es una dinámica que abarca toda la edad moderna. En el momento en que se empieza a desmontar el “Estado federación de clases” (GRAMSCI, 1981-2000, t. 2, cuaderno 3, § 18, p. 30) – o sea, el *Estado* feudal que resulta de una pluralidad de ordenamientos jurídicos distintos y estructurado en *estamentos* bien definidos – y se comienza paulatinamente a delinean un bloque histórico homogéneo, unificado bajo un único régimen jurídico,<sup>11</sup> en este mismo momento tienen su punto de arranque los intentos de auto-organización por parte de las clases subalternas. Cuando estas *pierden* sus formas de vida feudales – formas dadas, estáticas – tienen la oportunidad de reconquistar formas de autonomía gracias al *sindicalismo*.

En este sentido, no hay hegemonía sin la formación, en el mismo acto, de una hegemonía alternativa potencial. El elemento nuevo que la revolución pasiva añade a esta dinámica consiste en el uso de la esfera de la *privacidad* (o sea, de la dimensión *civil*, de la *sociedad civil* como externa a la *sociedad política*) como un instrumento político para poder *canalizar* la capacidad de maniobra de las clases subalternas.<sup>12</sup>

Sin embargo, el conjunto formado, por un lado, por la crisis del Estado liberal y la formación de una *política totalitaria*, y, por otro lado, por el paso al imperialismo y la articulación política de nexo nacional/internacional, hace inevitable la producción de un vínculo nuevo entre la relación público/privado y la hegemonía. En la época de la política totalitaria el instrumento para poder controlar a la dinámica social ya no es la dimensión *civil* (en el sentido de una *sociedad civil*). La hegemonía deberá ser de nuevo tipo, porque tendrá que *encarnar* aquella tendencia a la superación de la dicotomía liberal-burguesa público/privado que se presenta con el sindicalismo, es decir, con la búsqueda de nuevas formas – no parlamentarias – de representación política por parte de las clases subalternas. En los años 20 y 30, el *corporativismo* fascista intenta hacerse representante de esta tendencia: el corporativismo como, a la

PROMTORES



APOIO



vez, método para la gestión de la fuerza de trabajo y nueva forma de mediación entre economía y política.<sup>13</sup>

### 3 SOBRE LA DISGREGACIÓN DE UN SISTEMA HEGEMÓNICO

La crisis de hegemonía tiene su origen en la existencia concomitante de una serie de condiciones *actuales*, que son en parte *estructurales* o relativamente *permanentes* y en parte *coyunturales* u *ocasionales*.<sup>14</sup> La combinación en que estas condiciones producen una crisis no se puede determinar materialmente. Sin embargo, no cabe duda de que la crisis depende de la presencia de una propuesta hegemónica alternativa *global*, y este carácter global existe sólo si el proyecto en cuestión consigue articular, de manera coherente, *todos* los niveles de las relaciones de fuerzas, desde el económico-social hasta al militar, pasando por el estrictamente político. Esta articulación no es siempre, claro está, algo unívoco. Muchas veces la alternativa se perfila de manera borrosa, no del todo consciente e incluso casi sólo potencial. Sin embargo, la presencia de unas fuerzas que en la sociedad civil se organizan paulatinamente, intentando salir de su condición de subalternidad, es el principal y más importante elemento de crisis de la hegemonía dominante.

Esto llega a decir que, a pesar de las apariencias, en la dinámica hegemónica no hay espacios vacíos: la crisis no equivale a un *vaciamiento* o a un *quitar*, es decir, a una regresión a la *pura fuerza*. O, mejor dicho, la emergencia en primer plano de la *fuerza* es la manifestación de una situación de *empate catastrófico* entre dos fuerzas, que se enfrentan sin que una de las dos consiga prevalecer o mostrar de poder prevalecer. En este sentido, se trata de una situación muy peculiar, que no puede extenderse más allá de una fase de resolución violenta del conflicto. Esta situación de empate – que da lugar al *cesarismo* – no puede solucionar la crisis de hegemonía, sino de manera transitoria y provisional.<sup>15</sup>

La crisis de hegemonía consiste entonces en el hecho que una serie de dinámicas de diferentes orígenes se *condensan* y, de este modo, hacen *visible* a los ojos de las fuerzas subalternas el mismo dominio hegemónico, la existencia de la

---

PROMOTORES



---

APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODO EIXO DIREITO

TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



hegemonía. En el caso de la posguerra, la dinámica lenta pero continua de la política totalitaria se ha cruzado y sobrepuerto a la del imperialismo-colonialismo, que, a su vez, ha sido el principal factor de aceleración y condensación de las contradicciones en la guerra<sup>16</sup>. La guerra ha disgregado la hegemonía en el plano nacional como en el internacional, con la crisis de las relaciones entre los Estados. El problema de la hegemonía (o sea, de su crisis), se plantea entonces sobre ambos niveles – el nacional y el geopolítico – y la clase obrera podrá ganar sólo si logra formular su propuesta en los dos planos.

Por esta razón, es un error representar la crisis hegémónica como un vacío de hegemonía, como un lugar político donde, entre un régimen hegémónico y el siguiente, aflora o se hace visible el *entramado* del poder que normalmente se esconde por debajo de la *pátina* de los discursos hegémónicos; y donde, por consiguiente, las relaciones se presentan no sólo en un estado más o menos *puro*, sino que ellas también pueden articularse o rearticularse nuevamente, en un vacío de determinación previa, que hace posible instituir un nuevo régimen de verdad (LACLAU, 1990). El colapso de un discurso hegémónico es más bien representado como una *disgregación*. Es decir, un discurso hegémónico siempre es un conjunto más o menos estable de discursos diferentes, a los cuales se consigue dar un orden determinado por un objetivo general. En este sentido, sería más correcto hablar siempre de un *sistema hegémónico*, para aludir a su carácter complejo y relativamente inestable. En segundo lugar, si se trata de una *disgregación*, la disruptión de un sistema hegémónico no deja aflorar sino sus *pedazos*, que son también ellos siempre discursos hegémónicos que habían quedado subordinados al sistema dominante. Estos pedazos no son necesariamente discursos globales; de hecho, su subalternidad respecto al dominante deriva de su escasa o insuficiente capacidad de universalizarse, es decir, de no haber formulado una posición coherente para todas las cuestiones cruciales de la vida nacional y de su proyección internacional. En tercer lugar, la crisis, es decir, la *disgregación* del sistema hegémónico, se determina por la elaboración de un sistema alternativo, que se presenta como alternativa total al preexistente.

PROMTORES



APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



Estas consideraciones se desprenden de un texto clave, escrito por Gramsci (1981-2000) en el Cuaderno 13 (§ 23) bajo el título *Observaciones sobre algunos aspectos de la estructura de los partidos políticos en periodos de crisis orgánica*. La primera parte de este párrafo, que reproducimos a continuación, se basa sobre una versión anterior (en el Cuaderno 4, § 69) que se titulaba *Sobre los partidos* y que en la presente redacción resulta profundamente ampliada y enriquecida, dado que sólo ahora el tema de la *crisis orgánica* aparece con fuerza:

En cierto punto de su vida histórica los grupos sociales se separan de sus partidos tradicionales, o sea que los partidos tradicionales en aquella determinada forma organizativa, con aquellos determinados hombres que los constituyen, los representan y los dirigen no son ya reconocidos como su expresión por su clase o fracción de clase. [...] Cómo se crean estas situaciones de oposición entre representantes y representados, que del terreno de los partidos (organizaciones de partido en sentido estricto, campo electoral-parlamentario, organización periodística) se refleja en todo el organismo estatal, reforzando la posición relativa del poder de la burocracia (civil y militar), de la alta finanza, de la Iglesia y en general de todos los organismos relativamente independientes de las fluctuaciones de la opinión pública? En cada país el proceso es distinto, si bien el contenido es el mismo. Y el contenido es la crisis de hegemonía de la clase dirigente, que se produce ya sea porque la clase dirigente ha fracasado en alguna gran empresa política para la que ha solicitado o impuesto con la fuerza el consenso de las grandes masas (como la guerra), o porque vastas masas (especialmente de campesinos y de pequeñoburgueses intelectuales) han pasado de golpe de la pasividad política a una cierta actividad y plantean reivindicaciones que en su conjunto no orgánico constituyen una revolución. Se habla de "crisis de autoridad" y esto precisamente es la crisis de hegemonía, o crisis del Estado en su conjunto. (GRAMSCI, 1981-2000, t. 5, p. 52).

También en esta versión el centro de gravedad del texto reside en la vida de los partidos políticos y en la dinámica de su crisis. Sin embargo, se precisa que esta crisis, cuya forma general es dada por la separación y el conflicto entre representantes y representados (a nivel de partido como de Estado), se debe al hecho que las masas de los gobernados han entrado en una dinámica incompatible con la *lógica* que hasta la fecha ha sustentado las relaciones de fuerzas al interior del Estado. Esto puede pasar por varias razones: Lo que cuenta es sin embargo el hecho que, las clases dirigentes viéndose obligadas a *involucrar* las masas de manera activa (véase a este propósito el pasaje del Cuaderno 9, § 103 citado en el cap. 3), les ofrecen la posibilidad

PROMTORES



APOIO



16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



de potenciar su propio discurso hegemónico. De ahí que la crisis de hegemonía no se puede pensar como el cese de una *creencia* (p. ej. la creencia en la autoridad), sino todo lo contrario, este mismo cese es la expresión exterior de la formación de una alternativa hegemónica concreta.

## BIBLIOGRAFÍA

ALTHUSSER, L. Contradicción y sobredeterminación (Notas para una investigación). In: ALTHUSSER, L. **La revolución teórica de Marx**. Trad. e introd. de Marta Harnecker. México D.F.: Siglo XXI, 1967. p. 71-106. Trabajo original publicado en 1965.

DE FELICE F. Rivoluzione passiva, fascismo, americanismo in Gramsci. In: FERRI, F. **Politica e storia in Gramsci atti del convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Firenze nei giorni 9-11 dicembre 1977**. Roma: Editori RiunitiIstituto Gramsci, 1977-1979. 2. v. v. I, p. 161-220.

FROSINI, F. De la mobilisation au contrôle: les formes de l'hégémonie dans les «Cahiers de prison» de Gramsci. **Mélanges de l'École française de Rome**, a. 128, n. 2, p. 1-15, 2016a. Disponível em: <http://mefrim.revues.org/2918>. Acesso em : 27 ago. 2021.

FROSINI, F. **La religione dell'uomo moderno**: Politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci. Roma: Carocci, 2010.

FROSINI, F. Sulla “traducibilità” nei “Quaderni” di Gramsci. **Critica marxista**, [s. l.], n. 6, p. 29-38, dic. 2003.

FROSINI, F. Traducibilità dei linguaggi e filosofia della praxis: su una fonte crociana dei “Quaderni”. **Critica marxista**, [s. l.], n. 6, p. 39-48, 2016b.

GRAMSCI, A. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana, traducción al español de Ana María Palos, revisada por José Luis González. México, D.F.: Era, 1981-2000. 6 tomos.

KANOSSI, D. **Una introducción a Los cuadernos de la cárcel de Antonio Gramsci**. México, D.F.: Plaza y Valdés, 2000.

LACLAU, E. **New Reflections on the Revolution of Our Time**. London: Verso, 1990.

### PROMTORES



### APOIO



SECRETARIA DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO  
MARANHÃO



RAZETO MIGLIARO, L.; MISURACA, P. **Sociologia e marxismo nella critica di Gramsci:** Dalla critica delle sociologie alla scienza della storia e della politica. Bari: De Donato, 1978.

ROCCU, R. Passive revolution revisited: From the Prison Notebooks to our “great and terrible world”. **Capital & Class**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 537-559, 2017. DOI: 10.1177/0309816817692120.

THOMAS, P. D. Modernity as “passive revolution”: Gramsci and the Fundamental Concepts of Historical Materialism. **Journal of the Canadian Historical Association**, Ottawa, v. 17, n. 2, p. 61-78, 2006. DOI <https://doi.org/10.7202/016590ar>

THOMAS, P. D. **The Gramscian Moment:** Philosophy, Hegemony, and Marxism. Leiden: Brill, 2009. (Historical Materialism Book Series, v. 24).

VACCA, G. **Modernità alternative:** Il Novecento di Antonio Gramsci. Torino: Einaudi, 2017.

VOZA, P. Rivoluzione passiva. In: FROSINI, F.; LIGUORI, G. **Le parole di Gramsci:** per un lessico dei Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2004. p. 189-207.

#### Nota

<sup>1</sup> Sobre la categoría de *revolución pasiva*, véanse Kanoussi (2000), Voza (2004, p. 189-207), Thomas (2006), Vacca (2017, p. 95-149) e Roccu (2017, p. 1-12).

<sup>2</sup> Para una reconstrucción de la lectura de las *Tesis sobre Feuerbach*, especialmente de la segunda tesis, en los *Cuadernos de la cárcel*, véanse Thomas (2009, p. 308 y 448) y Frosini (2010, p. 35, 7475, 79-80, 83, 144, 181, 192-93). Sobre el desarrollo de la teoría de la traducibilidad en los *Cuadernos*, véanse Frosini (2003, 2016b).

<sup>3</sup> Sobre la noción de *relaciones de fuerzas* en el pensamiento de Gramsci, confira Razeto Migliaro y Misuraca (1978).

<sup>4</sup> Al hablar de *nudos*, retomo una expresión utilizada por Gramsci en varias ocasiones - en los escritos políticos (confira por ejemplo *Contro il pessimismo*, 1924 y *Alcuni temi della quistione meridionale*, 1926) y luego en los *Cuadernos* (GRAMSCI, 1981-2000, t. 5) - para indicar el hecho que en determinados momentos y circunstancias se *concentra* una red de relaciones contradictorias, que determina la posibilidad de lograr un cambio significativo en el desarrollo de un proceso histórico. <sup>5</sup> La distinción entre las dos formas de revolución pasiva ha sido puesta en luz por De Felice (1977-1979, p. 162-66).

<sup>6</sup> Véase Vacca (2017, p. 149). Sobre el *fenómeno sindical*, véase Cuaderno 15, §§ 47 y 59.

<sup>7</sup> Para una exposición muy nítida de este proceso de desarrollo hacia formas de política totalitaria en el marco jurídico del Estado liberal, véase De Felice (1977-1979, p. 196).

<sup>8</sup> Véanse Gramsci (1981-2000): Cuaderno 1, § 48 (t. 1, p. 123); y Cuaderno 13, § 7 (t. 5, p. 22). <sup>9</sup> Véanse Gramsci (1981-2000): Cuaderno 1, § 58; Cuaderno 2, §§ 51 y 52; Cuaderno 6, §§ 129 y 144; Cuaderno 7, § 82; Cuaderno 9, § 4; y Cuaderno 14, § 14.

<sup>10</sup> Sobre el Risorgimento en cuanto expresión local pasiva de una dinámica global véanse De Felice (1977-1979) y Vacca (2017).

16 A 19  
NOV/2021  
AMBIENTE  
VIRTUAL

# X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTRICO E PÓSTOGRADUACAO

TRABALHO ALIENADO,  
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E  
CRISE DE HEGEMONIA  
Consciência de Classe e Lutas  
Sociais na Superação da Barbárie



- <sup>11</sup> El bloque histórico es para Gramsci un nexo concreto (*histórico*) entre la estructura y la superestructura en un tipo de Estado, con todos sus elementos jurídicos, políticos y culturales. Véase Vacca (2017, p. 178-79).
- <sup>12</sup> Sobre la *privacidad* como rasgo constitutivo de la hegemonía burguesa liberal, véase: Cuaderno 1, § 47 (GRAMSCI, 1981-2000, t. 1, p. 122). Sobre el carácter *civil* de la *hegemonía* post-jacobina, confira Cuaderno 8, § 52 (GRAMSCI, 1981-2000, t. 3, p. 244).
- <sup>13</sup> Véanse Gramsci (1981-2000): Cuaderno 1, tomo 1 - § 43 (p. 101), § 135 (p. 181-83); y Cuaderno 8, tomo 3 - § 236 (p. 343-44).
- <sup>14</sup> Sobre las condiciones generales de una *crisis de hegemonía*, véase Cuaderno 13, § 23 (GRAMSCI, 1981-2000, t. 5, p. 52). La crisis de hegemonía se enmarca en la noción de *crisis orgánica*, que Gramsci trata a la luz de las “relaciones de fuerzas”. Véase, al respecto, Cuaderno 4, § 38 (GRAMSCI, 1981-2000, t. 2, p. 167 y sgg.).
- <sup>15</sup> Sobre el cesarismo, véase Antonini (2016).
- <sup>16</sup> Althusser (1967) ha reconstruido el análisis llevado a cabo por Lenin de los acontecimientos de 1917, subrayando el hecho que dicho análisis presupone que ellos no surgen de una dinámica unitaria y que, por ende, para entenderlos de manera realística hace falta recurrir a la lógica de la sobredeterminación. El mismo enfoque está presente en el análisis gramsciano de la crisis hegemónica.

---

PROMOTORES



APOIO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTRICO E PÓSTOGRADUACAO

---

APOIO

Fundação  
Sousândrade

Em nome das demandas e direitos da cidadania

